

Reabilitação como Cidadania - Projeto de Desenvolvimento de Meios de Integração Física e Social para Pessoas Com Deficiência Mental

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

Trata-se de um trabalho interdisciplinar desenvolvido em um laboratório estudantil que procura desenvolver discussão e práticas renovadoras a respeito da Extensão, com orientação docente. O trabalho foi desenvolvido em conjunto com uma instituição para pessoas com deficiência mental, com o objetivo de levantar a situação do público referido e propor criticamente soluções para a segregação que vivem. Foram coletados dados através de entrevistas, questionários, visitas a outras instituições. Sua análise e manipulação, assim como as discussões, basearam-se em consultas bibliográficas e no conhecimento da dinâmica da instituição por meio de visitas informais. Foi elaborado um projeto arquitetônico, que com suas justificativas conceituais foi meio de expressão e comunicação do grupo com a instituição. Foram propostas transformações nas relações que a casa envolve e na sua imagem. As discussões passaram pelo papel do Estado e da sociedade civil, pelo direito das pessoas com deficiência, pelo conceito de institucionalização e pela participação como metodologia para projetos de extensão. Por meio de experiências do tipo, criam-se bases não só para o aprofundamento da discussão dos temas específicos, mas também sobre tudo o que concerne à Extensão Universitária, como metodologia, abrangência, significado, e à transformação estrutural da sociedade.

Autoras

Adriana Ferreira Sousa, estudante de graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Isabela Gomes, estudante de graduação na Faculdade de Medicina

Lívia Gimenes Dias da Fonseca, estudante de graduação da Faculdade de Direito

Juliana Ometto, recém graduada em Terapia Ocupacional pela Faculdade de Medicina

Vivian Akemi Cascão Yoshikawa, estudante de graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Instituição

Universidade de São Paulo - USP

Palavras-chave: deficiência; institucionalização; arquitetura institucional

Introdução e objetivo

Se a função da Universidade é produzir e difundir bases para a transformação social, tais bases devem partir do mesmo espaço e do mesmo tempo em que se encontra essa instituição. Assim, a Extensão Universitária ultrapassa a difusão de conhecimento, sendo um meio para a sua própria produção, além de formação para a práxis, inicialmente para os diretamente envolvidos.

Comumente se fala no tripé ensino-pesquisa-extensão, e na sua indissociabilidade, mas é vaga ainda a discussão ampla sobre métodos para que se dê essa integração. Pode-se dizer que, se toda a produção e difusão de conhecimento deve estar compassada com a sua realidade, a Extensão não deve se configurar como uma terceira atividade, mas como um estado de transição para uma situação em que ela permeasse as outras duas, em maior ou menor medida.

A prática da Extensão também é ainda incipiente. Há muitos focos de desenvolvimento e discussão sobre a interação entre Universidade e sociedade, muitos dos quais desarticulados, fazendo crescer a dificuldade de definição do termo e do estabelecimento de práticas com ela coerentes.

Um desses focos é o Escritório Piloto, laboratório estudantil ligado ao Grêmio Politécnico. Lá, tem-se uma concepção de Extensão Universitária que, embora em constante transformação, guia para o trabalho com camadas menos favorecidas da população, por acreditar que é em tais condições que se deflagram as reais mazelas da sociedade como um todo. Essa atitude vem também como reação aos conteúdos ministrados em muitas disciplinas, que, apesar de olhar também para a sociedade, lidam com os interesses do grande capital, apenas reafirmando a disparidade social.

Entre as citadas camadas menos favorecidas, podem estar desde movimentos populares organizados até comunidades não organizadas, às quais se chega através, por exemplo, de parcerias com o poder público. Para trabalhar com suas questões, de que são exemplos a habitação, o lazer e a inclusão, entende-se que é necessária a formação de equipes que operem interdisciplinarmente, dado que não há como colocar proposições para temas tão complexos partindo de pontos de vista limitados. Equipes com tal conformação enfrentam grandes dificuldades num campus como a Cidade Universitária, onde os espaços de convivência entre estudantes das diversas unidades são escassos. O Escritório Piloto assume um papel forte de concentração.

Considera-se que a experimentação e o contato com a prática são fundamentais, assim como a autonomia estudantil. Ao mesmo tempo, é imprescindível a orientação docente. Busca-se um novo formato para esse contato entre estudantes e professores, diferente do encontrado em sala de aula. As relações de poder são alteradas, desde o início: o tema a ser desenvolvido não se define pelo docente, de acordo com conteúdos programáticos, mas pelas demandas latentes, que chegam pelo contato do estudante com o meio externo à Universidade. E a forma de lidar com o tema é também diversa: não apenas exposições, mas discussões baseadas em dados coletados, experiências vivenciadas ou leituras.

Importante salientar que a prática descrita está longe do voluntariado e do estágio. A Extensão que se dá no Escritório Piloto, portanto, tem forte potencial de proposição para transformações na Universidade.

Dentro deste contexto, desenvolveu-se o projeto Reabilitação como Cidadania, que foi composto por diversos estudantes e com certa rotatividade. Simultaneamente, doze estudantes integraram a equipe. Considera-se importante lembrar aqui o nome de todos, já que o trabalho foi realizado tal qual descrito graças à sua gestão igualitária. Participaram do projeto, além dos citados como autores, Vanessa Caldeira e Marta Arêas – Terapia Ocupacional, Bruno Ferraro e Marcos Ferreira - Engenharia Civil, Leonice Graciano, - Pedagogia, Érica Galgano e Tatiana Matos - Psicologia, Igor Naki, - Fisioterapia, Karenina Méndez - Arquitetura e Urbanismo, todos da Universidade de São Paulo. O grupo teve orientação dos professores doutores Maria Isabel Garcez Ghirardi, da Terapia Ocupacional, e Reginaldo Luiz Nunes Ronconi, de Arquitetura e Urbanismo. Durante sete meses, houve financiamento do Fundo de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo, através da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

O projeto tem como preceito o direito à participação social da pessoa com deficiência. A partir do conceito de inclusão social, o projeto propõe redesenhar o espaço de uma instituição filantrópica, onde indivíduos com múltiplas deficiências se encontram internados. Entendendo que a segregação sofrida por este grupo é resultado de um processo histórico, no qual a pessoa considerada fora dos padrões de normalidade deve ser excluída, o desenho arquitetônico surgiu e foi mantido até o fim como forma de expressão capaz de suscitar discussões e autocrítica e assim gerar transformações.

Incluir é uma palavra que vem sendo usada para designar diferentes ações com diferentes também significados. Portanto, cabe aqui elucidar a que estamos nos referindo. Referimo-nos às ações advindas de um modo de pensar democrático e equânime, onde Estado e sociedade civil se mobilizam para garantir que pessoas com deficiência (ou que se encontram em desvantagem) co-existam nos mesmos espaços, com poderes sobre as ações mais banais ou mais importantes de suas vidas e da comunidade em que habitam. Sem, contudo, esquecer das responsabilidades que geram tais escolhas ou dos limitantes financeiros, físicos e emocionais que acabam por restringir sonhos ou vontades. Porém, ainda há a escolha, a troca e a negociação regendo e enriquecendo as experiências do cotidiano, tanto das pessoas com deficiência como das outras pessoas da comunidade.

É ambicioso denominar o projeto como inclusivo, mas o afirmamos em seu papel transformador para tal direção: a transição de uma instituição fechada, onde trocas e relações sociais são mínimas, para uma instituição que interage com o seu entorno a partir de um Centro de Convivência e Reabilitação e de um Galpão para Atividades de Reciclagem de Materiais, abertos à comunidade. Locais de possíveis contatos, empatias, antipatias, desconfortos e prazeres provenientes da interação entre pessoas. E a característica transformadora se estende também para o ambiente da casa, onde a intimidade, o conforto e a livre circulação dos internos foram norteadores do desenho.

Metodologia

A fim de organizar o trabalho, as atividades foram divididas nas etapas diagnóstico e proposição. As discussões, porém, ao longo de todo o período, nunca perdiam de vista como horizonte um desenho de arquitetura que propusesse transformações no cotidiano da instituição, na sua imagem perante a comunidade do entorno e nas relações entre os internos e tudo o que os cercava. Para tanto, a orientação dos professores foi de vital importância.

O diagnóstico teve o objetivo de conhecer o Lar e as questões ligadas à deficiência. Um dos instrumentos foram as entrevistas e respectivas análises, sendo possível uma leitura crítica da estrutura da instituição e sua dinâmica interna e, com isso, proposições que promovessem uma transformação nas relações sociais e no status da pessoa com deficiência.

O funcionamento do Lar, assim como o engajamento e o comportamento da comunidade perante a associação puderam ser verificados através de questionários aplicados durante um churrasco beneficente. Outro modo de obter dados da comunidade foi através de questionários aplicados no bairro onde se localiza a instituição interlocutora e os adjacentes, levantando informações sobre propostas para o bairro e para a instituição.

Para interpretação de todos esses dados, desempenhou importante papel o conhecimento da casa e de sua dinâmica, através de visitas aparentemente informais e observações, e convívio com internos e funcionários, como visitantes.

Além da participação interna, o grupo fez visitas a outros lugares que possuem trabalhos ligados à deficiência ou que sugerissem propostas para o projeto. O objetivo foi observar as instalações, equipamentos, práticas realizadas, forma de gestão e serviços de saúde oferecidos.

As pesquisas bibliográficas foram de grande valia na orientação sobre questões jurídicas, discussões sobre a deficiência e propostas de espaço a serem aplicadas no projeto. Numa determinada altura, o próprio desenho passou a ser base para as discussões e entendimento sobre a problemática da deficiência e suas formas de instituição, o que caracteriza a importância do projeto de arquitetura como processo, além de ser um fim. Perto do final do trabalho, o desenho, como uma consolidação de nossas propostas e nossa visão sobre a questão, foi colocado em discussão com a direção da instituição, mais uma vez não se objetivando alterações formais, mas que elas, quando existissem, fossem consequência da crítica e autocrítica das práticas realizadas.

Resultados e discussão

Creemos que os resultados do projeto nunca se esgotarão, além de serem de difícil avaliação. Houve uma proposta de projeto arquitetônico, que guarda em si propostas para mudanças no cotidiano da instituição. É um local que convida à participação e ao encontro, recuperando o lúdico e o lazer como partes fundamentais na vida de qualquer pessoa. São estruturas que valorizam o trabalho e as pessoas que freqüentam o local, em que existe a preocupação em agregar valor e estabelecer o equilíbrio entre os níveis de convívio e privacidade dos internos. Para a instituição interlocutora, preparou-se também um relatório explicativo de toda a nossa ação, desde o diagnóstico até a justificativa para a proposta em desenho, e sugestões para caracterização jurídica atrelada à captação de recursos, de forma coerente com a Constituição e demais normas relacionadas ao tema.

No caminho para isso, foi muito grande o aprendizado de todos os integrantes, a respeito de diversos aspectos da vida, devido ao contato entre ciências diferentes – inclusive as populares – que raramente se cruzam, apesar de ser quase óbvia a sua complementaridade. Essa experiência deve ser divulgada, caracterizando real produção de conhecimento, de modo a ser mais uma base de discussão e desenvolvimento a respeito da deficiência, da interdisciplinaridade e do contato entre universidade e sociedade.

Hoje esta proposta não está concretizada na instituição interlocutora, mas isso não é capaz de demonstrar por si só os efeitos que teve naquela comunidade. Isto se deve ao fato de toda a proposta não ser um fim, mas um meio, para que se discutam diversos temas por diversos atores, ligados à deficiência.

Estruturamos as discussões realizadas em três tópicos:

Institucionalização – A instituição na qual propusemos intervir é denominada fechada ou total, ou seja, um local onde as pessoas são internadas e têm suas relações sociais restritas aos que pertencem também à instituição (internos, funcionários e diretoria). Alguns internos recebem visitas esporádicas de familiares, mas não há um tempo determinado para que voltem aos seus lares. Esse fato pode ser explicado pela carência de recursos financeiros que vivem os familiares e pela ausência de serviços territoriais de atendimento às pessoas com deficiência.

A vida numa instituição fechada é determinada pela disciplina. Por uma questão de organização institucional, as atividades são rigidamente separadas em horários durante o dia. A hora em que se deve sentir fome e a de sentir sono estão condicionadas por regras externas ao indivíduo. Há um apanhado de regras para um grupo, o dos internos, que acabam por se adequar à disponibilidade dos funcionários, dos profissionais de saúde ou recreação e de uma estruturação organizada por uma diretoria.

Muros simbolizam e afirmam concretamente a separação entre o mundo “de dentro” e o “de fora”, mexendo assim com o imaginário das pessoas: - Será que quem vive no “mundo de dentro” é perigoso ou é contagiosa aquela anormalidade toda? E as pessoas privadas de uma interação, de um maior contato, de maior familiaridade, estabelecem muros, agora atitudinais, com relação à deficiência. Não se nega uma estigmatização decorrente de um enraizamento na cultura e educação de concepções discriminatórias sobre a deficiência, porém as instituições fechadas e a segregação que proporcionam somente reafirmam tais concepções. O estranhamento causado pela diferença não encontra espaços para ser questionado ou trabalhado em termos de humanização e luta por direitos. A diferença é ocultada com o intuito de manutenção de uma ordem social, onde somente os mais “aptos” podem viver.

Este projeto de extensão propôs, em consequência das discussões sobre a institucionalização, promover um processo de “abertura” da instituição, tanto com a elaboração de espaços abertos à comunidade quanto com o favorecimento da autonomia e a

circulação dos internos pelo ambiente. Barreiras físicas, necessárias a uma maior privacidade, conforto ou proteção, foram projetadas sem necessariamente restringir o contato visual ou bloquear o espaço e a circulação de maneira agressiva.

Todos os espaços da instituição foram concebidos seguindo os conceitos do Desenho Universal, que prevê o uso do ambiente por pessoas com diferentes habilidades motoras e sensoriais, além de adotar como comunicação visual linguagens simples e de fácil compreensão para o acesso de um maior número de usuários.

Estado e sociedade civil – As instituições filantrópicas, com seu caráter caritativo, oferecem atendimento gratuito à população carente, ocupando assim um papel que deveria ser desempenhado ou gerenciado pelo Estado. A Constituição legitima ações da sociedade civil no âmbito da filantropia, dentro da sua lógica de distribuição de poder e responsabilidade pelo bem-estar da comunidade. Porém, não há questionamento sobre seu modo de atuação junto à população atendida. Isso faz com que cada vez mais as instituições privadas tomem o lugar de políticas públicas, principalmente as destinadas a populações menos favorecidas, criando vertentes paralelas que tendem a aprofundar o problema da segregação ao invés de caminhar para sua inversão, por melhores que sejam as intenções. E então, mais uma vez, serviços que em tese são direitos garantidos e devem ter vistas no bem-estar coletivo, passam a ser regidos por uma lógica individualista.

Isso tudo parte da visão de que as pessoas que estão dentro de instituições, de forma genérica, são simplesmente pesos a serem suportados. Com relação à pessoa com deficiência, o Conselho Tutelar, por exemplo, teria o papel de avaliar o caso de cada pessoa e de seu contexto, encaminhar meios para sua reintegração, como a reabilitação, e tomar, se necessário, medidas de abrigo provisório. Este poderia ser oferecido por uma instituição filantrópica que, sempre articulada a órgãos públicos de saúde e assistência, seria uma das traduções possíveis da atuação da sociedade civil em políticas públicas. Inclusive empresas, que com suas doações têm, por parte do poder público, isenções parciais em seus impostos. Porém, o que se vê, de fato, é o Conselho Tutelar tendo como única medida o encaminhamento das pessoas a instituições asilares, onde provavelmente permanecerão até sua morte. Essas instituições, em geral, são muito pouco ou nada assistidas pelo poder público, vivendo quase que exclusivamente do voluntariado e doações que tomam então o caráter de bondade, contribuindo para a promoção da imagem dos doadores, sendo esquecidas – embora continuem existindo – as contrapartidas fiscais.

Dentro dessa situação de não fiscalização ou acompanhamento da ação de órgãos públicos, são poucas as alternativas de serviços públicos que oferecem o suporte necessário para garantir que a pessoa permaneça junto de sua família, freqüente a escola do bairro ou encontre um emprego. Em casos de pessoas com menor independência para realização de atividades de autocuidado e de locomoção, a família é submetida a jornadas semanais atrás de centros de tratamento em reabilitação localizados nas regiões centrais da cidade, na melhor das hipóteses.

Foi com a prerrogativa de haver poucos e insuficientes locais de tratamento na região que a instituição referida nos procurou. A intenção desta era suprir a carência de atendimento clínico para as pessoas ali internadas. Porém, nossa proposta foi ampliar tal problema para o entorno e resgatar a discussão sobre a responsabilidade do governo em gerir e fiscalizar atendimentos em saúde e lazer para todos. Sabemos que as pessoas que se encontram internadas na instituição chegaram a uma situação-limite de afastamento de suas casas e famílias, pois já foram alvo da falta de assistência. E o atendimento em saúde, assistência social e educação deveriam se pautar na volta e na manutenção desta pessoa em sua comunidade. Também é sabido que esta volta não se dá de maneira brusca ou imediata, por isso, a comunicação entre comunidade, instituição e poder público foi um dos aspectos que consideramos no projeto, e é por isso de que medidas de transição devem ser tomadas.

Procuramos propor uma nova instituição que, em diferentes partes se seu terreno, possibilite maior privacidade na moradia, que deve ser entendida como provisória, ainda que na prática haja um longo caminho até aí, e ainda locais que possibilitem convívio efetivo com as pessoas de fora da instituição, em atividades de lazer e terapia abertas ao público. Dessa forma, todos os envolvidos estariam contribuindo para a reabilitação dos internos. Se é uma instituição de utilidade pública, cremos que o seu funcionamento, ao menos em parte, seja mantido com recursos públicos, através por exemplo de uma revisão dos esquemas de financiamento do Sistema Único de Saúde. O incremento da renda pode se dar por atividades autônomas da instituição, numa continuidade do que já existe no caso com que se trabalhou, e também na continuidade de patrocínio por empresas privadas, entendido porém com sua parcela de dever.

Para que se caminhe para uma real transformação, um dos fatores mais importantes, e que só existe de forma válida se partir da comunidade, é o enfrentamento das questões coletivas junto ao poder público, com propostas, críticas e cobranças, no sentido da aplicação e bom funcionamento de normas já existentes, e ainda criação de outras.

Metodologia Participativa – Desde o início deste projeto, havia a intenção de que a proposta para o espaço fosse elaborada seguindo uma metodologia participativa. As justificativas para esta intenção, num primeiro momento, residiam no entendimento de que as pessoas que habitarão qualquer espaço devem ter a liberdade de interferir na sua formulação, tanto pela identificação posterior entre objeto construído e habitante, quanto pela qualidade do resultado final. Um terceiro fator foi ganhando importância ao longo do desenvolvimento do trabalho, em meio às discussões e leituras, caracterizando-se como importante aprendizado. Este fator é o valor processual da metodologia participativa. Foi crescente – e é até hoje – a percepção de que o projeto participativo é, a um tempo, a concretização do instrumento que levaria à inclusão das pessoas envolvidas, que é para onde o trabalho mira, e um caminho para a tomada de consciência a respeito dessa interferência.

Podemos entender o conceito de cidadania para além da simples descrição como efetivação de direitos e deveres individuais e coletivos, tomando tais elementos como participação das pessoas nas decisões e acontecimentos, em âmbitos gerais ou locais, numa atitude de comunicação com os outros e com o mundo, visando condições melhores de vida e tendo a igualdade como norteadora. Sabemos que tal comunicação não se dá desse modo, e para que se caminhe nesse sentido são necessárias medidas que chamem a atenção para isto, que, mais do que um direito do ser humano, é algo que de fato o caracteriza como tal.

De acordo com algumas correntes ligadas à reabilitação, o significado desta é algo semelhante: o sujeito, em toda a sua complexidade, que tem uma deficiência, com a colaboração do profissional de saúde, vai se comunicar com outras pessoas e com o meio, buscando maneiras pelas quais possam conviver todos de maneira integrada. Essa conceituação é uma alternativa às práticas encontradas mais comumente, em que a deficiência surge como a única condicionante do sujeito que tem o restante da sua vida desconsiderada, fazendo cair por terra todo um repertório imenso de variáveis. Essa visão, que baseia determinados tipos de tratamento, acaba por justificar também a prática que se resume a cuidados básicos ligados à subsistência, como alimentação e higiene, que com frequência, senão sempre, encontramos em instituições asilares para pessoas com deficiência.

Dito isto, o projeto participativo poderia ser não só a interferência em si, por parte das pessoas envolvidas, na sua própria vida, numa atitude tanto de cidadania como de reabilitação, mas também uma forma de chamar a atenção para o fato, dado que seria uma das poucas vezes em suas vidas que estariam tendo a oportunidade, que deveria ser natural, de interação com seu meio. As pessoas não apenas estariam exercendo sua cidadania, como estariam tomando consciência disso e da sua liberdade.

Este seria um processo que iria contra toda a ordem instaurada, e passaria ao largo dos conteúdos com que se convive, grosso modo, em nosso meio acadêmico, e demandou um outro processo, que foi o de formação dos integrantes do grupo sobre este tema para nós tão incipiente.

A aplicação da metodologia participativa, no que se crê como sua plenitude, tal como descrito acima, não foi possível, dando lugar a outras ações que, embora não engatilhassem o início de uma transformação efetiva, foram muito importantes, tanto para o entendimento da própria participação e suas potencialidades, quanto para o entendimento da abrangência do nosso trabalho, e ainda para os resultados finais do projeto.

Para a compreensão dessas validades, faz-se necessário um desvelamento das causas da impossibilidade. Dividimo-las, numa análise posterior, em dois grupos: aquelas relativas ao comportamento dos interlocutores, principalmente à direção da instituição, e as relativas às nossas características e dificuldades.

De forma resumida, pode-se dizer que o que guiava o comportamento da direção da instituição, que eram as mãos que controlavam todo o processo dentro do lar, era uma cultura voltada para o assistencialismo. Assim, estão dentro desse viés as suas ações, de simples cuidado, proteção e paternalismo, que levam à execução de tarefas em lugar das pessoas com deficiência, reafirmando a invalidez que se convencionou, e fecham tais pessoas num mundo paralelo. E é de acordo também com essa cultura que são interpretadas as nossas ações: acredita-se que estamos ali por caridade, e que a universidade atua prestando um serviço pelo qual não se pode pagar.

Por conta disso, o diálogo com o nosso grupo não foi totalmente aberto. Sempre houve divergências quanto a opiniões e rumos a tomar, que nunca foram discutidas a fundo. O que surgia como liberdade para colocar nossas propostas se consolidou como não envolvimento por parte da instituição, em grande medida pelo não reconhecimento da totalidade da proposta. O que houve, portanto, não foi uma construção conjunta nem uma discussão sobre o tema, mas, aparentemente, um interesse em aproveitar, do que levávamos, pedaços que se adequassem à estrutura de pensamento existente.

Essa conclusão veio somente ao final do projeto. É mais um exemplo da incompatibilidade entre a proposta da metodologia participativa com o prazo de dois anos para um projeto de extensão. Considerando formação de equipe, entendimento entre diversas áreas do conhecimento, aprendizado sobre tantas questões envolvidas e discussão sobre formas de gestão de um projeto de extensão, relativas a financiamento e condução do grupo, com formato ainda tão incipiente, esse tempo de dois anos é demasiado curto. Não foi suficiente para o entendimento a respeito da metodologia participativa nem para o estabelecimento de uma dinâmica dentro do grupo que favorecesse sua colocação em prática.

A mudança que seria necessária, então, era cultural, tanto de padrões da instituição quanto nossos. E ainda que houvesse tempo hábil para uma articulação dentro do grupo, uma formação voltada para esses novos valores, aumentando as possibilidades de diálogo no tempo ideal, a efetivação da transformação poderia não se dar, uma vez que dependeria, obviamente, tanto de nós quanto da instituição como um todo, diretores, funcionários e internos, na qualidade de protagonistas.

No entanto, o que tivemos foi muito além de uma consulta simplória a respeito dos anseios das pessoas para os novos espaços, ou do entendimento destes como simplesmente estrutura física. A nossa procura foi decodificar o imaginário e as necessidades não explícitas das pessoas com relação ao local e à deficiência e instigar as pessoas para transformações possíveis, representando uma transição que apontaria para a inclusão.

Tudo isso foi possível graças à vivência com a comunidade, que permitiu interpretar suas ações e a ideologia a elas atrelada, e ainda delinear aquilo que na proposta era

concordância entre o grupo e a instituição, e o que era divergência, com as devidas justificativas.

Como já foi dito, o meio de comunicação principal para a instigação foi o projeto de arquitetura, este entendido como um conjunto de funcionamentos e relação entre espaços e pessoas, que denotam uma forma de vida. Nesse caso, trazia consigo uma proposta de transformação na vida das pessoas. Essa proposta está totalmente condizente com a proposta do trabalho, porque não traz simples respostas aos anseios diretos dos envolvidos, mas também perguntas, num estímulo ao auto-questionamento que pode levar a uma transformação gradativa naquele local, a depender da interação das pessoas com ela. Ainda, todo o resultado pode servir de base para que a discussão em torno da deficiência seja retomada e desenvolvida a todo instante, sob um enfoque diferente do caritativo, e com vistas a uma transformação da relação entre as pessoas com deficiência e as outras.

Conclusões

É possível olhar para o Projeto Reabilitação como Cidadania sob dois enfoques: o tema da deficiência e o desenvolvimento de um trabalho de Extensão Universitária. São enfoques interdependentes, já que os rumos e proposições para o tema específico foram dados justamente pela natureza do trabalho de que se trata.

Assim, se este trabalho vem para alimentar discussões, não é somente em se tratando da deficiência mental ou de metodologias para trabalhos de Extensão e seu significado para Universidade e sociedade, mas também sobre seus princípios de transformação e inovação. Isso começa pelo modo de organização do grupo e relação entre estudantes e professores, e destes com a comunidade, numa revisão da cultura positivista de construção do saber, indo até o desejo de reformulação estrutural da sociedade, entendendo, porém, que tal feito nunca será possível se deixada de lado a leitura das demandas emergenciais – afinal elas é que nos dizem para onde caminhamos.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é Cidadania. Coleção Primeiros Passos, Ed. Brasiliense, 1999.
- CULLEN, Gordon. A Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70, 1983.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1966.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.
- GHIRARDI, Maria Isabel Garcez. Representações da deficiência e práticas de reabilitação: uma análise do discurso técnico. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999
- GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- NETO, Antonio Rulli. Direito do portador de necessidades especiais. São Paulo: Ed. Fuisa Editores, 2003.
- SARACENO, Benedetto. In: LIBERTANDO IDENTIDADES: DA REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL À CIDADANIA POSSÍVEL A reabilitação como cidadania, Rio de Janeiro, Te Corá, 1999.